
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2017

Contratação de empresa especializada para execução de serviços padronizados de pavimentação asfáltica, envolvendo recuperação, reconstrução, recapeamento, micro revestimento e drenagem superficial, visando atender a Secretaria Municipal de Transportes

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Protocolo: 2017013202

1. PREÂMBULO

PROCESSO:	2017013202
INTERESSADO:	Secretaria Municipal de Transportes
MODALIDADE DA LICITAÇÃO:	Pregão Presencial
TIPO DA LICITAÇÃO:	Menor Preço Global
FORMA DE FORNECIMENTO:	Parcelada
DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES:	Até 14/07/2017, às 09h00min
DATA DA ABERTURA E JULGAMENTO:	14/07/2017
HORÁRIO:	09h00min
LOCAL:	Auditório da Prefeitura Municipal de Catalão – GO Rua Nassin Agel nº 505 – Setor Central
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:	Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006 e respectivas alterações, Decreto Federal nº 7.892/2013, Decreto Federal nº 8.250/2014, Decreto Federal nº 8.538/2015, Decreto Municipal nº 576/2013, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 com suas alterações posteriores

Em atenção ao princípio da economia e ao disposto no artigo 4º, inciso IV, da Lei 10.520/2002, o Edital poderá ser obtido exclusivamente no site da Prefeitura, no endereço <http://www.catalao.go.gov.br/>.

1.1. **O MUNICÍPIO DE CATALÃO/GO**, através da Pregoeira, a Sra. Kedna Alves Silvéria, no uso de suas atribuições legais, por delegação de poderes nos termos do Decreto nº 0259/2017, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando licitação pública na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, TIPO MENOR PREÇO**, para seleção de proposta mais vantajosa visando o Registro de preços para eventual contratação dos serviços padronizados de pavimentação asfáltica, envolvendo reparação, reconstrução, recapeamento, micro revestimento e drenagem superficial, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Fe-

deral nº 8.666/1993 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 576, de 08 de abril de 2013, bem como as condições a seguir estabelecidas. Ficam convocados à competição licitatória todos aqueles que tiverem interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cuja cópias poderão ser obtidas no endereço eletrônico www.catalao.go.gov.br.

1.2. As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

1.3. Os envelopes contendo as propostas e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço abaixo mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

1.4. A sessão de processamento do Pregão Presencial será realizada **no Auditório da Prefeitura Municipal, localizada na Rua Nassim Agel, nº 505, Setor Central, Catalão - GO, iniciando-se às 09:00 horas, do dia 14/07/2017 de 2017**, e será conduzida pela Pregoeira Sra. Kedna Alves Silvério com auxílio da Equipe de Apoio.

2. DO OBJETO:

2.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de preços para eventual contratação dos serviços padronizados de pavimentação asfáltica, envolvendo reparação, reconstrução, recapeamento, micro revestimento e drenagem superficial, de acordo com as condições e especificações constante do Anexo I – Termo de Referência, parte integrante do presente Edital, bem como as disposições deste edital, da Lei 10.520/2002 e da Lei 8.666/1993.

2.2. A empresa participante deverá cotar, obrigatoriamente, todos os itens, constantes na planilha do Termo de Referência, sob pena de desclassificação.

2.3. A contratação dos serviços licitados se dará de forma estimada e parcelada por ATA DE REGISTRO DE PREÇO, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Transportes, sendo os quantitativos indicados neste edital as ESTIMATIVAS MÁXIMAS POSSÍVEIS DE CONTRATAÇÃO PARA CADA ITEM, o que significa que **NÃO SERÁ CONTRATADA TODA A QUANTIDADE, NEM TODOS OS SERVIÇOS ESTIMADOS**, portanto, não gerando obrigatoriedade de contratação da totalidade aqui estimada por parte da Prefeitura Municipal de Catalão

3. DO LOCAL, DATA E HORA:

3.1. A Sessão Pública de Lances será realizada no Auditório da Prefeitura Municipal de Catalão, no dia 14/07/2017 (sexta-feira), localizado na Rua Nassim

Agel, nº 505, Setor Central, Catalão - GO, com início às 09:00 horas, horário de Brasília-DF.

3.2. Não havendo expediente ou caso ocorra outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação, na data mencionada no item anterior, o certame será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

3.3. A cópia do edital poderá ser obtida, no site oficial da prefeitura no endereço www.catalao.go.gov.br, na sede da Prefeitura Municipal ou via e-mail, que será encaminhado mediante solicitação e requisição a empresa interessada, sem qualquer custo, ressalvadas despesas postais a serem pagas pelo interessado.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

4.1. Poderão participar da presente licitação quaisquer empresas legalmente constituídas, que tenham objeto social pertinente e compatível com objeto deste pregão e que atendam a todas as exigências legais, inclusive, quanto à documentação de habilitação constante deste Edital e seus Anexos, e:

4.2. Não será admitida a participação de empresas:

4.2.1. Que se encontrem em regime de recuperação judicial ou em processo de falências, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação.

4.2.2. Que estejam com o direito de licitar e contratar com o Município de Catalão suspenso ou que tenham sido declaradas inidôneas.

4.2.3. Que não estejam devidamente constituídas e registradas no órgão competente, ou que não tenham objeto social compatível e pertinente com o objeto deste pregão;

4.2.4. Que possuam diretores, gerentes, sócios, administradores, controladores, responsáveis técnicos e empregados que sejam servidores ou dirigentes da Prefeitura Municipal de Catalão, membro efetivo ou substituto da Comissão Permanente de Licitação, bem como Pregoeiro ou membro da equipe de apoio; e,

4.2.5. Que estejam enquadradas nos demais casos previstos na legislação que rege este processo.

4.3. Tendo em vista que os itens do objeto desta licitação não são divisíveis, sem prejuízo para a execução dos serviços, não será destinada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, conforme estabelece o inciso III do artigo 48 da Lei Complementar 123/2006.

5. DA ENTREGA DOS ENVELOPES:

5.1. Dos envelopes “PROPOSTA COMERCIAL” e “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”.

5.1.1. Os envelopes “Proposta Comercial” e “Documentos de Habilitação” deverão ser apresentados fechados e rubricados no fecho e entregues a PRE-GOEIRA, contendo em sua parte externa, os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATALÃO
Envelope nº 1 – Proposta Comercial
PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2017
Empresa Licitante:
CNPJ nº:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATALÃO
Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação
PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2017
Empresa Licitante:
CNPJ nº:

5.1.2. A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, contendo as especificações técnicas.

5.2. **A proponente deverá, obrigatoriamente, sob pena de desclassificação, apresentar a proposta em meio magnético (PEN DRIVE)**, através de utilização de planilha eletrônica do Excel, na mesmo VERSÃO E FORMATO fornecido juntamente com o Edital.

5.2.1. A mídia gravada contendo o arquivo com a proposta, deverá ser entregue juntamente com os envelopes 1 e 2.

5.3. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, ou por cópias autenticadas (se apresentados em originais, os mesmos ficarão retidos no processo) ou publicação em órgão da imprensa oficial.

5.3.1. Visando a agilidade dos trabalhos licitatórios, a licitante que pretender autenticar documentos com a Comissão de Licitação / Pregoeira deverá fazê-lo até o 2º dia antes da data da abertura da licitação.

5.4. A Prefeitura Municipal de Catalão não se responsabilizará por envelopes de “Proposta Comercial” e “Documentos de Habilitação” que não sejam entregues à Pregoeira designada, no local, data e horário definidos neste Edital.

6. DO CREDENCIAMENTO:

6.1. Após a abertura da sessão do Pregão e antes da abertura das propostas, a licitante deverá se apresentar para credenciamento junto a Pregoeira e Equipe de Apoio por um representante devidamente munido de documento que o habilite a participar deste procedimento licitatório e a responder por sua representada. Serão exigidos:

6.1.1. Tratando-se de representante legal da empresa licitante, sendo esta sociedade comercial, deverá ser apresentada cópia do ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

6.1.2. Tratando-se de procurador, além do documento exigido no subitem acima, que comprova os poderes do outorgante, apresentar procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida, constando poderes específicos para formular ofertas, lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes a este certame, conforme modelo Anexo V.

6.1.3. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto (Cédula de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação ou documento público de identidade profissional, todos válidos na forma da lei).

6.2. Tratando-se de Microempresa - ME ou de Empresa de Pequeno Porte - EPP, juntar Declaração de Enquadramento como ME ou EPP, devidamente assinada pelo proprietário da empresa e pelo contador, com firma reconhecida de ambos, conforme modelo Anexo IX.

6.3. Tratando-se, ainda, de ME ou EPP juntar também Certidão Simplificada da Junta Comercial que comprove o enquadramento, bem como Nota de Esclarecimento ao Contribuinte emitido pela Secretaria de Estado da Fazenda da sede do licitante (no caso do Estado de Goiás no site da Secretaria da Fazenda, link: <http://appasp.sefaz.go.gov.br/Sintegra/Consulta/default.asp>) informando o regime de apuração da mesma, ou Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou, ainda, Prova de enquadramento na opção pelo SIMPLES NACIONAL, mediante apresentação de documento expedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, ambas com emissão de no máximo 30 (trinta) dias da abertura do certame.

6.4. Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder por todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

6.5. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

6.6. O representante poderá ser substituído a qualquer momento por outro, desde que devidamente credenciado.

6.1. Os documentos para o credenciamento, na forma disciplinada neste edital, juntamente com a declaração de atendimento aos requisitos do edital, conforme modelo Anexo VI, deverão ser entregues fora dos envelopes, após abertura da sessão e antes da abertura das propostas.

6.2. Os documentos de credenciamento serão examinados e retidos pela Pregoeira e Equipe de Apoio, antes da abertura dos envelopes referentes à proposta Comercial.

6.3. No caso de não haver credenciados representantes, a empresa licitante será considerada ausente da sessão para a fase de lances e interposição de recursos, não podendo haver qualquer intervenção no procedimento licitatório, considerando o disposto neste Edital, entretanto, os envelopes de proposta comercial e documentos de habilitação serão considerados para fins de participação no certame.

6.4. No caso de divergência entre a documentação apresentada para credenciamento e a apresentada para habilitação, prevalecerá o documento que apresentar data mais recente, podendo incorrer a licitante em descredenciamento de seu representante ou mesmo inabilitação a depender do caso.

6.5. **O credenciamento deverá, obrigatoriamente, ser editado em meio magnético através de utilização de planilha eletrônica Excel, ARQUIVO disponibilizado juntamente com Edital,** gravado NA MESMA VERSÃO E FORMATO, em Pen-drive, o qual deverá estar etiquetado, com o nome da proponente e entregue juntamente com a proposta, sob pena de desclassificação.

7. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

7.1. As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que está presente alguma restrição, na forma do art. 43 da Lei Complementar n° 123/2006.

7.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao

momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Pregoeira, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa, cuja comprovação será exigida somente para efeito da assinatura da Ata de Registro de Preços ou instrumentos que a substitua.

7.3. A não-regularização da documentação no prazo previsto no § 2º do art. 43, da LC nº 123/2006, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

8. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:

8.1. A Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados separadamente, em 2 (dois) envelopes fechados e indevassáveis conforme estabelecido neste Edital.

8.2. A Proposta Comercial deverá ser apresentada em 01 (uma) via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, impressa ou digitada em papel timbrado do proponente, com as folhas numeradas e rubricadas e a última assinada pelo representante legal da empresa, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, devidamente datada, contendo todos os elementos exigidos neste edital.

8.3. **A Proponente deverá, obrigatoriamente, sob pena de desclassificação, apresentar a proposta em meio magnético (PEN DRIVE)**, através de utilização de planilha eletrônica do Excel, fornecida juntamente com Edital. O Pen drive contendo o arquivo com a proposta e o credenciamento deverá conter identificação da empresa, e ser entregue juntamente com os envelopes de documentação e proposta.

9. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "PROPOSTA COMERCIAL" (envelope nº 1):

9.1. A Proposta Comercial deverá conter os seguintes elementos:

9.1.1. Razão Social, número do CNPJ, endereço, telefone, fax, e-mail da empresa proponente e o número do processo e do Pregão;

9.1.2. Os preços propostos deverão ser apresentados com 02 (duas) casas decimais após a vírgula (centavos);

9.1.3. Descrição de forma clara e sucinta do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações do Anexo I deste edital;

9.1.4. Planilha detalhada de composição de preço unitário de todos os itens objeto desta licitação, incluindo todos os custos diretos e indiretos, tributos e encargos, BDI e outras despesas, de tal forma a representar o valor final a ser pago pela prestação do serviço.

9.1.4.1. A planilha de composição de preço unitário deverá constar, pelo menos, a demonstração dos custos com Material; Equipamentos e Mão de obra.

9.1.4.2. No detalhamento do preço unitário do transporte da massa asfáltica, deverá está indicado o local da usina devidamente licenciada que será disponibilizada para a execução do contrato, estimando, para efeito de cálculo, 80 % da aplicação no centro de catalão (esquina da Av. 20 de agosto com a AV. José Marcelino) e 20% no centro do distrito de Santo Antônio do Rio Verde (no cruzamento da Rua José de Amorim com Rua Cloves Nogueira).

9.1.5. Planilha de composição do BDI;

9.1.6. Planilha de composição de encargos sociais e trabalhistas;

9.1.7. Discriminar, em moeda corrente do país, o preço unitário e total de cada item, em algarismos, e o preço total do objeto, em algarismos e por extenso, considerando apenas 02 (duas) casas após a vírgula, incluindo todos os encargos previstos em lei, impostos, custos operacionais, inclusive aqueles que direta ou indiretamente incidirem sobre o objeto licitado.

9.1.8. Declaração de viabilidade técnica para a aplicação do CBUQ, na temperatura tecnicamente recomenda, em qualquer via asfaltada deste município, acompanhada da memória de cálculo demonstrando a temperatura da massa asfáltica, quando da aplicação, no ponto asfaltado do Município de Catalão mais distante da usina a ser disponibilizada pela licitante.

9.1.9. Declaração de que nos preços propostos se encontram incluídos todos os tributos, encargos sociais e qualquer outro ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

9.1.10. O prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias.

9.2. Os preços dos itens do objeto desta licitação serão irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses a contar da data da entrega da proposta.

9.2.1. Depois de 12 (doze) meses da data da entrega da proposta, os preços serão reajustados com base na variação do IGP-M/FVG.

9.3. Não serão consideradas propostas apresentadas por telex, "fac-símile", telegrama ou e-mail em nenhuma situação.

9.4. Os valores estimados para esta licitação são os constantes no Termo de Referência.

9.5. As empresas participantes deverão fazer constar na Proposta Comercial, os dados bancários para que os pagamentos sejam creditados, se vencedoras.

10. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO":

10.1. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada conforme art. 32 da Lei nº 8.666/1993 e deverá conter os documentos (originais, cópias autenticadas ou publicação em órgão da imprensa oficial), a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

10.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.1.1.1. Registro Comercial, no caso de Empresa Individual, devidamente registrada na Junta Comercial competente. **(desnecessário se já apresentado no credenciamento)**.

10.1.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e a última alteração em vigor (que poderá ser apresentada de forma consolidada, substituindo o contrato original), devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com publicação no Diário Oficial da Ata de Assembleia que aprovou o Estatuto, e cópia da Certidão de Arquivamento na repartição competente. **(desnecessário se já apresentado no credenciamento)**.

10.1.1.3. Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício. **(desnecessário se já apresentado no credenciamento)**.

10.1.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedades estrangeiras em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. **(desnecessário se já apresentado no credenciamento)**.

10.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

10.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

10.1.2.2. Certidão de regularidade de débito com as Fazendas Federal (inclusive INSS), Estadual e Municipal da sede da empresa proponente;

10.1.2.3. Certidão de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

10.1.2.4. Certidão Negativa ou Positivas com Efeito Negativo de Débitos Trabalhistas - CNDT;

10.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

10.1.3.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica, a no máximo 90 (noventa) dias da data prevista para entrega dos envelopes.

10.1.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

10.1.3.3. A comprovação de boa situação financeira será demonstrada através dos seguintes índices contábeis, os quais deverão ser maior ou igual a 1,0 (um), conforme fórmulas abaixo:

$$ILC = AC / PC$$

$$ILG = AC + RLP / PC + ELP$$

$$GS = AT / PC + ELP$$

Onde:

ILC: Índice de Liquidez Corrente

ILG: Índice de Liquidez Geral

GS: Grau de Solvência

AC: Ativo Circulante

PC: Passivo Circulante

RLP: Realizável a Longo Prazo

ELP: Exigível a Longo Prazo

AT: Ativo Total

Obs.: Esses índices são os mínimos usualmente adotados para demonstrar que a empresa tem condições de cumprir com suas obrigações, portanto que terá situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes desta licitação.

10.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1.4.1. Registro/Certidão de inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

10.1.4.2. Atestado de qualificação técnica comprovando já ter executado pelo menos 50.000 m2 de serviços de pavimentação asfáltica com concreto betuminoso usinado a quente - CBUQ, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com clara identificação do seu subscritor e registrado no CREA (Acervo Técnico).

10.1.4.3. Comprovação de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços de pavimentação asfáltica com concreto betuminoso usinado a quente - CBUQ, registrado no CREA (Acervo Técnico).

10.1.4.4. Relação e declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, das instalações, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para a execução do objeto, informando, inclusive, o local da usina de asfalto, devidamente licenciada, que será disponibilizada para a execução do contrato, capaz de fornecer o CBUQ em condições técnica de temperatura para a execução dos serviços, conforme Termo de Referência - Anexo I.

10.1.5. Comprovação de realização de visita técnica, assinada pelo Secretário Municipal de Transporte, conforme modelo Anexo X, declarando que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, em consonância com o inciso III do artigo 30 da Lei 8.666/1993.

10.1.5.1. É imprescindível que a licitante tome conhecimento das condições locais para a execução do objeto para a formulação de sua proposta, evitando que o desconhecimento dessas condições possa ser argumento para pleitear a recomposição de preços ou a inviabilidade de execução, principalmente quanto as distâncias das vias pavimentadas do Município até a usina a ser disponibilizada pela licitante, para que a massa asfáltica possa chegar na temperatura adequada, assim como as demais características que interferem nas condições de execução.

10.1.6. DECLARAÇÕES

10.1.6.1. Declaração da empresa, afirmando que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante do Anexo VII.

10.1.6.2. Declaração firmada pela licitante, de acordo com o inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/1993, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, pe-

rigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade, em trabalho de qualquer natureza, exceto na condição de menor aprendiz, a partir de 14 anos de idade, conforme modelo constante do Anexo VIII.

10.2. Os documentos provenientes da rede "Internet" terão sua autenticidade certificada junto aos "sites" dos órgãos competentes.

10.3. As Microempresas – ME e as Empresas de Pequeno Porte – EPP, deverão apresentar toda a sua documentação exigida para habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem eventuais restrições.

10.3.1. Havendo restrições nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou a EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Pregoeira, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

10.3.2. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido à Pregoeira.

10.4. A documentação que for apresentada em original, não será devolvida e fará parte do presente processo licitatório.

10.5. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11. SESSÃO DO PREGÃO:

11.1. Após o horário determinado para entrega dos envelopes, a Pregoeira declarará aberta a sessão de pregão, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação.

11.2. É recomendável que a licitante chegue com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos em relação ao horário previsto para abertura da licitação.

11.3. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

11.3.1. Abertos os envelopes das Propostas Comerciais, estas serão analisadas, verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

11.3.2. A Pregoeira classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado proposta em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.

11.3.3. Se não houver, no mínimo 3 (três) propostas de preços nas condições definidas no item anterior, a Pregoeira classificará as melhores propostas, até no máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

11.4. DOS LANCES VERBAIS:

11.4.1. Aos proponentes classificados, será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais. Esclarecendo que o lance deverá reduzir, no mínimo, 0,5% (meio por cento) do menor preço ou lance até então apresentado.

11.4.2. Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.

11.4.3. A desistência em apresentar lances verbal, quando convocado pela pregoeira, implicará na exclusão do proponente da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo proponente.

11.5. DO JULGAMENTO:

11.5.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO**;

11.5.2. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e o valor, decidindo motivadamente a respeito.

11.5.3. Ocorrendo empate ficto, entendendo-se como tal, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP sejam iguais ou até 5 % (cinco por cento) superiores ao menor preço (desde que não seja apresentado por ME ou EPP), deverá a Pregoeira assim proceder:

- a) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar, imediatamente, novo preço, sob a pena de preclusão;
- b) O novo preço mencionado na alínea anterior deverá ser inferior aquele considerado vencedor do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora deste novo preço (ME ou EPP), caso ela seja habilitada;

- c) Não ocorrendo à contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as MEs ou EPPs remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- d) No caso de equivalência de valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar o menor preço;
- e) Na hipótese da não contratação nos termos ora previstos, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, caso ela seja habilitada;
- f) O disposto de desempate ficto previsto neste item, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME ou EPP.

11.6. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a Licitante desistente às penalidades previstas neste Edital;

11.6.1. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

11.6.2. Havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

11.6.3. Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação do proponente que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

11.6.4. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor que apresentou proposta.

11.6.4.1. Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do proponente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às condições do Edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.

11.6.5. Apurada a melhor proposta que atenda às condições do Edital, a Pregoeira deverá negociar para que seja obtido um melhor preço.

11.6.6. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos proponentes.

11.6.7. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao Pregão, a Pregoeira devolverá, aos proponentes, não vencedores, os envelopes "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

12. DOS RECURSOS:

12.1. Declarado o vencedor, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pela Pregoeira à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

12.3. Interposto o recurso, a Pregoeira poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

12.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

12.5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Os recursos deverão ser decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13. ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:

13.1. Inexistindo manifestação recursal, a Pregoeira adjudicará o objeto da licitação ao proponente vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Superior.

13.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Superior adjudicará o objeto ao proponente vencedor.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

14.1. A Ata de Registro de Preços, como parte integrante do presente Instrumento convocatório, obedecerá às condições nela estabelecidas e seus Anexos, e terá vigência de até 12 (doze) meses.

14.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não poderá ultrapassar a 12 (doze) meses computadas neste as eventuais prorrogações, conforme caput do art. 12 do Decreto Municipal nº 576/2013 e inciso III, do § 3º, do art. 15 da Lei 8.666/1993.

14.3. O proponente vencedor deverá apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do recebimento da solicitação, cópia do Estatuto ou Contrato Social, com as alterações ocorridas, bem como de documentos que comprovem a habilitação de pessoa indicada para assinatura da Ata de Registro de Preços.

14.4. O proponente vencedor será convocado, por escrito, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços, na forma da minuta apresentada no Anexo III, adaptado à proposta vencedora.

14.4.1. Para a assinatura da Ata de Registro de Preços o proponente vencedor deverá comprovar que mantém as condições de habilitação assim como comprovar a disponibilidade das instalações e equipamentos, inclusive a usina de asfalto, necessários ao cumprimento do objeto desta licitação.

14.4.2. Caso o proponente não comprove tais condições, sua proposta será desclassificada, sujeitando-o às sanções cabíveis e dando continuidade ao processo licitatório, como os demais proponentes.

14.5. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Pregoeira.

14.6. A recusa injustificada do convocado em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido neste edital caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades cabíveis.

14.7. É facultado à Contratante, quando o convocado não assinar, aceitar ou retirar a Ata de Registro de Preços, no prazo e condições estabelecidos, convocar os demais proponentes remanescentes a fazê-lo, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovada, ou anulá-la, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito.

14.8. A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos nos quantitativos fixados, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, conforme art. 12, § 1º do Decreto Municipal nº 576/2013.

15. DA CONTRATAÇÃO:

15.1. De acordo com a efetiva necessidade da Contratante, será solicitada a execução dos serviços, nas quantidades necessárias, quando será firmado o Contrato, conforme Anexo IV ou instrumento equivalente.

15.2. O Município de Catalão não se compromete a contratar nenhuma quantidade mínima de nenhum item desta licitação, mesmo depois de assinada a Ata de Registro de Preços.

15.3. A vigência do contrato será determinada conforme a necessidade da Contratante, limitado ao que estabelece o inciso IV do artigo 57 da Lei 8.666/1993.

15.4. O Contrato poderá ser alterado segundo as regras estabelecidas no artigo 65 da Lei 8.666/1993, conforme estabelece o § 3º do art. 12 do Decreto Municipal 576/2013.

16. DA RESCISÃO:

16.1. O Contrato ou a Ata de Registro de Preços poderá ser rescindido pela Contratante, a qualquer tempo, de conformidade com os arts. 77, 78, 79 e seus §§, da Lei nº 8.666/1993.

16.2. A rescisão imediata do Contrato ou da Ata caberá, além de outras hipóteses legais, independentemente de interpretação judicial ou extrajudicial e sem prejuízo de outras penalidades, quando a contratada:

16.2.1. Falir, for objeto de concurso de credores, dissolução ou liquidação;

16.2.2. Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação;

16.2.3. Deixar de cumprir, total ou parcialmente, as obrigações contratuais;

16.2.4. Desatender às determinações do servidor designado pela Contratante, no exercício de suas atribuições de acompanhamento e fiscalização da execução do contrato ou da Ata;

16.2.5. Cometer, reiteradamente, faltas na execução do Contrato ou da Ata;

16.2.6. For objeto de fusão, cisão ou incorporação que prejudique o cumprimento do Contrato ou da Ata.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O(s) pagamento(s) pela execução dos serviços será(ão) efetuado(s) pela Tesouraria da Município de Catalão até o 10º (decimo) dia após a manifestação favorável do setor fiscalizante na Nota Fiscal apresentada, ficando assegurado o prazo de 05 (cinco) dias para a emissão de tal manifestação.

17.2. A Fatura/Nota Fiscal deverá indicar as especificações do serviço e o número deste pregão.

17.3. O pagamento só será efetuado mediante certidões de regularidade da licitante vencedora - CND do INSS, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhista.

17.3.1. Em caso de irregularidade fiscal, a Contratante notificará a empresa Contratada para que sejam sanadas as pendências no prazo de 05 (cinco) dias, prorrogáveis por igual período. Findo este prazo sem que haja a regularização por parte da Contratada, ou apresentação de defesa aceita pela Contratante, estes fatos, isoladamente ou em conjunto, caracterizarão descumprimento de cláusula do edital, e estará o contrato e/ou outro documento equivalente passível de rescisão e a Contratada sujeitas às sanções administrativas previstas neste Edital.

17.4. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado neste edital, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

17.5. Os preços unitários estimados, adotados neste Edital, foram baseados nas tabelas de preços da Agência Goiana de Transportes e Obras - Agetop e estão relacionados no Termo de Referência - Anexo I.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

18.1. A contratação objeto desta licitação será efetuada à conta da dotação orçamentária específica a ser determinada no momento da efetiva contratação, tendo em vista ser esta licitação destinada ao registro de preços, conforme estabelece o § 2º do art. 7º do Decreto Municipal nº 576/2013.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

19.1. Pela inexecução parcial ou total do Contrato, a Administração poderá aplicar, sempre por escrito, garantida a prévia defesa, a ser exercida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, as seguintes sanções previstas nos termos do artigo 87, da Lei Federal 8.666/1993 e art. 7º da Lei Federal 10.520/2002:

19.1.1. Advertência, que será realizada por escrito;

19.1.2. Multa, nos seguintes percentuais:

- a) 0,1% (um décimo por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do serviço não prestado;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço não prestado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente.

19.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

19.2. O recolhimento da multa deverá ser feito por meio de guia própria, à Administração, no prazo de 05 dias úteis a contar da data de sua exigibilidade.

19.2.1. A aplicação de multa não impede que a Contratante rescinda unilateralmente o Contrato e aplique outras sanções previstas no instrumento.

19.3. Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

19.4. A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega dos serviços for devidamente justificado pela firma e aceito pela Contratante, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

19.5. As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, facultada ampla defesa ao Proponente-vencedor, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

20. EXTENSÃO DAS PENALIDADES:

20.1. A sanção relativa ao impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada àqueles que:

20.1.1. Retardarem a execução do pregão;

20.1.2. Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, ou;

20.1.3. Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS:

21.1. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

21.2. Será dado vista aos proponentes interessados tanto das Propostas Comerciais quanto dos Documentos de Habilitação apresentados na sessão.

21.3. É facultado a Pregoeira ou à Administração, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões, vedada, no entanto, a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

21.4. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação, a resposta será dada no prazo de 24 (vinte e quatro horas) a contar da data de recebimento do pedido de esclarecimento através de publicação no site oficial do Município de Catalão www.catalao.go.gov.br para conhecimento de todos os interessados.

21.4.1. Pedido de impugnação do presente Edital, deverá ser dirigido por escrito a Pregoeira e protocolizado no endereço constante no preâmbulo deste instrumento até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos Envelopes, sendo a resposta em até 24 (vinte e quatro horas), através de e-mail.

21.4.2. Não sendo feito até este prazo, nenhum pedido de esclarecimento ou impugnação, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação das propostas, não cabendo portanto, às licitantes, direito a quaisquer reclamações posteriores.

21.5. É vedado ao Proponente retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do Pregão.

21.6. É vedado ao Proponente vencedor subcontratar total ou parcialmente o fornecimento referente ao objeto deste Pregão.

21.7. A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.8. A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.9. Este Edital possui 10 (dez) anexos, a saber:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo da Proposta Comercial;

Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preço;

Anexo IV - Minuta do Instrumento Contratual;

Anexo V - Modelo de Procuração;

Anexo VI - Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos do Edital;

Anexo VII - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de Habilitação;

Anexo VIII - Modelo de Declaração de que Não Emprega Menores (art. 7º, XXXIII CF);

Anexo IX - Modelo de Declaração de Enquadramento como ME/EPP;

Anexo X - Modelo do Atestado de Visita;

Anexo XI - Mapas das áreas urbanizadas do Município de Catalão.

Catalão (GO), aos 28 de junho de 2017.

Kedna Alves Silvéria
Pregoeira